



Energisa Comercializadora de Energia Ltda. | Resultados de 2016

Energisa Comercializadora de Energia Ltda.

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2016**

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Comercializadora de Energia Ltda. (“Energisa Comercializadora” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2015, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelos sócios quotistas em 23 de março de 2016.

1 Considerações Gerais

A empresa, criada em outubro de 2005, atua na área de comercialização de energia elétrica no ambiente de contratação livre, negociando energia e prestando serviços tanto para os projetos próprios do Grupo Energisa, quanto para projetos de terceiros. A empresa também atua como braço de apoio comercial do Grupo Energisa na área de geração de energia.

O ano de 2016 se iniciou com uma situação bastante favorável no que se refere aos níveis dos reservatórios, refletindo as condições hidrológicas verificadas a partir do segundo semestre de 2015, com a instalação do fenômeno El Niño, o terceiro maior da história, trazendo chuvas para o Sul e seca para o Nordeste e Norte. Associado a esse fato, o agravamento da crise econômica no país, fez com que o consumo de energia elétrica registrasse quedas consecutivas, apresentando redução de 0,9% no ano de 2016 em relação a 2015. A indústria, que já possui grande parcela de consumo no Ambiente de Contratação Livre (ACL), foi a classe mais afetada, com redução de 2,9% no período.

Diante deste cenário de boas condições dos reservatórios e baixo nível de atividade econômica, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) apresentou valores próximos ao piso, de R\$ 30,25 / MWh, durante todo o primeiro trimestre. A exceção ficou por conta da região Nordeste, tendo em vista as diferentes condições hidrológicas causadas pelo El Niño naquela região, onde o PLD atingiu R\$ 310,38 / MWh em janeiro. Já no segundo semestre houve ligeiro aumento do PLD, sendo o valor mais alto verificado no mês de outubro, quando o indicador alcançou R\$ 200,21 / MWh em todos os submercados.

Influenciados pelo comportamento do PLD, que se refletiu nos baixos preços do ACL (Ambiente de Contratação Livre) e pelas elevadas tarifas no Ambiente de Contratação Regulada (mercado cativo), vários consumidores apostaram na migração para o ACL como forma de reduzir os custos com energia e, desta forma, enfrentar a grave crise econômica. Assim, a despeito da redução no consumo de energia observada em todas as classes ao longo de 2016, o consumo no ACL registrou crescimento de 6,8%. Porém, vale ressaltar que esse resultado esteve relacionado ao significativo crescimento do número de unidades livres. De fato, o número de consumidores Livres mais Consumidores Especiais, registrado na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), passou de 1.826, em dezembro de 2015, para 4.062, em dezembro de 2016, um crescimento de 122%.

A Energisa Comercializadora, aproveitando o “boom” do mercado livre e as oportunidades de novos negócios, incluiu ao longo de 2016 em seu portfólio de venda 85 contratos, somando 125 MW médios com início de suprimento a partir de 2018.

Além da venda de energia, o forte aumento das migrações para o ambiente livre favoreceu também o aumento da procura por serviços de gestão. A recente área de serviços criada na Energisa Comercializadora agregou à sua carteira 27 novos contratos de gestão, sendo 20 nas áreas de concessão da Energisa. Os contratos somam receita bruta no valor de R\$ 3,9 milhões para todo o período de vigência.

No tocante ao desempenho das vendas faturadas em 2016, a Energisa Comercializadora registrou volume recorde de 277 MW médios entre operações de curto e longo prazos, apresentando uma receita líquida de R\$ 441 milhões, 12% a mais do que no ano anterior.

Apesar do recorde de vendas e do crescimento da carteira de contratos, a Energisa Comercializadora apresentou redução no lucro bruto na comparação com 2015. A maior parte desse desempenho esteve associada ao uso das flexibilidades, mecanismo previsto em contrato, pelo qual o consumidor pode reduzir seu consumo, até determinado limite, segundo a medição verificada. Em condições normais de mercado, alguns clientes exercem a flexibilidade para cima e outros, para baixo, de modo que, em média, a flexibilidade tende a zero. Assim, quanto maior a carteira de contratos, maior a capacidade de acomodar variações de consumo. Porém, se ocorre um fator sistêmico, como foi o caso da crise econômica, os clientes tendem, em média, a exercer a flexibilidade no mesmo sentido.

A redução do consumo faturado gerou sobras significativas de energia dos contratos de venda a partir do final de 2015, aumentando de forma expressiva ao longo de 2016. Em média, as sobras provenientes das flexibilidades ficaram em torno de 9 MW médios. Essa redução no consumo, associada aos baixos preços spot (PLD) resultou em uma significativa perda de receita para a Energisa Comercializadora, da ordem de R\$ 9 milhões no ano, impactando diretamente no Ebitda registrado, de R\$ 2,3 milhões.

A perda de resultado operacional por conta das flexibilidades, associada ao aumento das despesas financeiras devido, principalmente, à captação de recursos através de um instrumento de dívida em dólar, atrelado a um swap que transforma a correção da dívida em CDI mais 3,55% ao ano, gerou um desempenho negativo no exercício de 2016, de R\$ 0,6 milhão. Vale ressaltar que ao longo de 2017, a despesa com a marcação a mercado, verificada em 2016, deverá ser zerada por conta do prazo final do empréstimo, revertendo a despesa financeira.

A Energisa Comercializadora apresentou o seguinte desempenho econômico-financeiro em 2016:

Resultados - R\$ milhões	Exercício		
	2016	2015	Var. %
Receita Operacional Bruta	488,6	433,8	+ 12,6
Receita Operacional Líquida	440,4	393,8	+ 11,8
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	2,3	5,0	- 37,8
Resultado financeiro	(3,2)	(3,7)	- 13,5
Lucro Líquido	(0,6)	0,9	-

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.745	20.886
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4	23.712	10.549
Clientes	5	59.462	41.388
Impostos a recuperar	6	3.036	2.512
Outros créditos		922	152
Total do circulante		99.877	75.487
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4	3.120	-
Impostos a recuperar	6	2.138	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	20	1.846	-
Créditos tributários	7	1.092	50
		8.196	50
Imobilizado	9	176	52
Intangível	10	5	38
Total do não circulante		8.377	140
Total do ativo		108.254	75.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	50.120	30.993
Encargos de dívidas	12	921	2.246
Empréstimos e financiamentos	12	-	30.000
Distribuição de lucros - quotistas	15.3	862	215
Tributos e contribuições sociais	13	7.481	4.392
Obrigações estimadas		681	673
Instrumentos Financeiros Derivativos	20	3.251	-
Benefícios a empregados - plano de pensão	22	61	-
Adiantamentos recebidos de clientes	4.2	3.217	1.253
Outras contas a pagar		118	89
Total do circulante		66.712	69.861
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	34.009	-
Adiantamentos recebidos de clientes	4.2	3.047	-
Benefícios a empregados - plano de pensão	22	4	-
Total do não circulante		37.060	-
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	5.119	1
Reserva de lucros - retenção de lucros	15.2	-	5.118
Dividendos adicionais propostos		-	647
Outros resultados abrangentes		(40)	-
Prejuízos acumulados		(597)	-
Total do patrimônio líquido		4.482	5.766
Total do passivo e patrimônio líquido		108.254	75.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	16	440.365	393.791
Custo da energia elétrica vendida	17	(431.640)	(383.167)
Lucro bruto		8.725	10.624
Despesas com Vendas	17	(75)	(309)
Despesas gerais e administrativas	17	(6.341)	(5.295)
Outas receitas		39	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		2.348	5.020
Receitas financeiras	18	4.196	2.431
Despesas financeiras	18	(7.405)	(6.175)
Despesas financeiras líquidas		(3.209)	(3.744)
Resultado antes dos impostos		(861)	1.276
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(757)	(414)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	1.021	-
Lucro (Prejuízo) do exercício		(597)	862
Lucro (Prejuízo) por quota - R\$		(0,17)	862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro (Prejuízo) do exercício	(597)	862
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Outros resultados abrangentes	(40)	127
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(637)	989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) do exercício		(597)	862
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	7	(264)	414
Despesas com juros, variações monetárias - líquidas		643	1.649
Depreciação e amortização	17	50	35
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17	26	148
Marcação a mercado da dívida		1.569	-
Marcação a mercado de derivativos		22	-
Instrumentos financeiros derivativos		1.383	-
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) diminuição de clientes		(18.100)	6.592
(Aumento) diminuição de impostos a recuperar	6	(2.662)	6
(Aumento) diminuição de outros créditos		(770)	197
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento (diminuição) de fornecedores		19.127	(8.413)
Aumento de tributos e contribuições sociais		2.492	1.138
Imposto de renda e contribuição social pagos		(181)	(394)
Aumento de obrigações estimadas		8	491
Aumento de adiantamento de clientes		5.011	266
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar		54	(544)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		7.811	2.447
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(13.005)	955
Aplicações no imobilizado e intangível	9	(141)	(44)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimentos		(13.146)	911
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	12	32.000	30.000
Pagamentos de empréstimos - principal		(30.000)	-
Pagamentos de empréstimos - juros		(4.806)	-
Partes relacionadas		-	(42.950)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(2.806)	(12.950)
Variação líquida do caixa		(8.141)	(9.592)
Caixa e equivalentes de caixa iniciais		20.886	30.478
Caixa e equivalentes de caixa finais		12.745	20.886
Variação líquida do caixa		(8.141)	(9.592)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Geração do valor adicionado:			
Receitas de revenda de energia elétrica	16	488.992	433.827
Outras receitas		39	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17	(26)	(148)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		475.044	421.214
Materiais e serviços de terceiros		1.676	1.565
Outros custos operacionais		681	527
		<u>477.401</u>	<u>423.306</u>
Valor adicionado bruto		<u>11.604</u>	<u>10.373</u>
Amortização	17	50	35
Valor adicionado recebido em transferência		11.554	10.338
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		4.400	2.506
Valor adicionado total a distribuir		<u>15.954</u>	<u>12.844</u>
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		2.718	2.261
Benefícios		423	440
FGTS		281	154
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		2.009	2.337
Estaduais		3.696	610
Municipais		19	5
Remuneração de capital de terceiros			
Juros		7.405	6.175
Remuneração de capitais próprios			
Distribuição de lucros	15.3	-	215
Dividendos adicionais propostos		-	647
Prejuízos acumulados	15.2	(597)	-
		<u>15.954</u>	<u>12.844</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reserva de lucros - retenção de lucros	Distribuição adicional de lucros propostos aos quotistas	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 01 de dezembro de 2015	1	5.118	-	-	(127)	4.992
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	127	127
Lucro líquido do exercício	-	-	-	862	-	862
Proposta para destinação do lucro:						
. Distribuição de lucros	15.3	-	-	(215)	-	(215)
. Dividendos adicionais propostos	-	-	647	(647)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1	5.118	647	-	-	5.766
Aumento de capital conf 4º alteração contratual	15,2	5.118	(5.118)	-	-	-
Dividendos	-	-	(647)	-	-	(647)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(40)	(40)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(597)	-	(597)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.119	-	-	(597)	(40)	4.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

8. Balanço Social

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2016 (Em milhares de reais)						
	2016			2015		
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)			440.365			393.791
Resultado operacional (RO)			-861			1.276
Folha de pagamento bruta (FPB)			3.556			2.846
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	168	4,73%	0,04%	137	4,83%	0,03%
Encargos sociais compulsórios	749	21,08%	0,17%	627	22,03%	0,16%
Previdência privada	82	2,30%	0,02%	80	2,81%	0,02%
Saúde	219	6,16%	0,05%	225	7,91%	0,06%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	9	0,26%	0,00%	6	0,21%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	20	0,56%	0,00%	33	1,16%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	521	14,66%	0,12%	538	18,89%	0,14%
Outros	37	1,05%	0,01%	20	0,71%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	1.807	50,81%	0,41%	1.666	58,55%	0,42%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	24	-2,81%	0,01%	46	3,62%	0,01%
Cultura	26	-3,00%	0,01%	53	4,16%	0,01%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	100	-11,63%	0,02%	74	5,77%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	150	-17,44%	0,03%	173	13,55%	0,04%
Tributos (excluídos encargos sociais)	4.975	-577,76%	1,13%	2.250	176,33%	0,57%
Total - Indicadores sociais externos	5.125	-595,21%	1,16%	2.423	189,88%	0,62%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2016			2015		
Nº de empregados(as) ao final do período	14			15		
Nº de admissões durante o período	4			5		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0			0		
Nº de estagiários(as)	6			4		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	0			1		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	9			10		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	50,00%			80,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1			1		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	0			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2016			Metas 2017		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	19,89			19,89		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as) + Cipa	() todos(as) empregados(as)	(X) direção e gerências () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as) + Cipa () todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as) + Cipa	(X) direção e gerências () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as) + Cipa () todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve (x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá (x) segue as normas da OIT	() não se envolverá (x) segue as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () são sugeridos (x) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (x) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (x) são exigidos	() não são considerados () serão sugeridos (x) são exigidos	() não são considerados () serão sugeridos (x) são exigidos	() não são considerados () serão sugeridos (x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apóia (x) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (x) organiza e incentiva	() não se envolverá () apoiará (x) organiza e incentiva	() não se envolverá () apoiará (x) organiza e incentiva	() não se envolverá () apoiará (x) organiza e incentiva	() não se envolverá () apoiará (x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa - no Procon - na Justiça -	na empresa - no Procon - na Justiça -	na empresa - no Procon - na Justiça -	na empresa - no Procon - na Justiça -	na empresa - no Procon - na Justiça -	na empresa - no Procon - na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa % no Procon % na Justiça %	na empresa % no Procon % na Justiça %	na empresa % no Procon % na Justiça %	na empresa % no Procon % na Justiça %	na empresa % no Procon % na Justiça %	na empresa % no Procon % na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2016:	15.954		Em 2015:	12.769	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	36 % governo acionistas 46 % terceiros	21 % colaboradores(as) -3% retido	0 %	23 % governo acionistas 48 % terceiros	22 % colaboradores(as) 0 % retido	7 %
7 - Outras Informações	2016			2015		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos	-			-		
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	-			-		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	-			-		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	-			-		

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa Comercializadora de Energia Ltda, (“Empresa ou Comercializadora”) - empresa integrante do GRUPO ENERGISA, tem como objetivo social a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços e consultoria em temas ligados a atividade de comercialização de energia elétrica. A Empresa possui sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2016, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia de continuarem operando. Desta forma, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade dos negócios. “Baseamos nossa conclusão nas expectativas em relação ao futuro, as quais são consistentes com os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais e planos estratégicos e de investimentos.”

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2017.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa, e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma e foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item: (i) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.

2.3 Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

- Nota 5 - Clientes e Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 7 - Créditos tributários;
- Nota 14 - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- Nota 17 - Custos e despesas operacionais (CCEE);
- Nota 20 - Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras
- Modificações à IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014
- IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização
- IAS 16 - Ativo imobilizado
- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 (equivalente ao CPC 48) Instrumentos Financeiros (2)
- IFRS 15 (equivalente ao CPC 47) Receitas de Contratos com clientes (2)
- IFRS 16 - Leases (3)
- Modificações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (1)
- Modificações à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa (1)
- Esclarecimento do IFRS 15 - Receitas de Contrato com Cliente (2)
- Modificações à IFRS 4 - Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos (2)
- IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e considerações antecipadas (2).

- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.
 (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
 (3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.
 (4) The IASB decided in December 2015 to defer indefinitely the effective date of these amendments.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 (classificação e mensuração de ativos financeiros), que podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros, mas que nesse momento estão em avaliação pela Companhia.

3.2 Resumo das Principais práticas contábeis

As políticas contábeis abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a) Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras, com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b) **Instrumentos financeiros e atividades de hedge** - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado

usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias anteriores.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 20.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo.

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 27 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge".

"Hedge" de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como "hedge" de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de "hedge" atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do "hedge accounting" é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de "hedge". O ajuste ao valor justo do item objeto de "hedge", oriundo do risco de "hedge", é registrado no resultado a partir dessa data.

c) Clientes - englobam a venda de energia elétrica a consumidores livres, que estão suportados por contratos de compra e venda;

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos, após análise criteriosa da administração;

e) Imobilizado - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

f) Intangível - os ativos intangíveis compreendem os gastos incorridos na aquisição de softwares, cuja amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos;

g) Redução a valor recuperável - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu

valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Empresa não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas;

h) Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

i) Empréstimos e financiamentos - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;

j) Derivativos - os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 20;

k) Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;

l) Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;

m) Benefícios a empregados - plano de suplementação de aposentadoria - A obrigação líquida da Companhia quanto ao plano de benefícios previdenciários na modalidade Benefício Definido (BD) é calculada através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;

n) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

o) Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1 Caixa e equivalente de caixa

Descrição		
	2016	2015
Caixa e depósitos bancários à vista	915	1.609
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	11.830	19.277
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	223	2.391
Compromissada (1)	11.607	16.886
Total caixa e equivalentes de caixa (2)	12.745	20.886

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente por Certificado de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média da carteira em 31 de dezembro de 2016 equivale a 98,97% do CDI (102,26% do CDI em 2015).

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas a 40% até 102,5% do CDI.
- (2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da ata de sua contratação pelas taxas contratadas.

4.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

Descrição		
	2016	2015
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	26.832	10.549
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	30	-
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) (1)	6.264	1.253
Fundo de Investimento (2)	70	9.296
Fundo de Investimentos Exclusivos (3)	20.468	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.868	-
Títulos Públicos	2.783	-
Letra Financeira (LF)	14.817	-
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (4)	26.832	10.549
Circulante	23.712	10.549
Não Circulante	3.120	-

(1) Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - São aplicações referentes aos recursos vinculados as garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os montantes de igual valor estão demonstrados em contrapartida na rubrica de adiantamento recebidos de clientes no passivo circulante e não circulante e são remunerados de 99,0% a 101,0% do CDI.

(2) Fundos de Investimentos - São classificados como renda fixa e são remunerados a 68,54% do CDI.

(3) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Fundos de Crédito, Títulos, LFT, LFS, LF são remuneradas a 101,72% do CDI.

(4) Inclui R\$6.364 (R\$10.549 em 2015) referente a recursos vinculados a garantias comerciais e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos públicos, operações compromissadas, letra financeira, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2016 equivale a 101,10% do CDI (102,26% do CDI em 2015).

5 Clientes

	2016	2015
Contas a receber	59.636	41.536
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(174)	(148)
Total - circulante	59.462	41.388

Segue demonstração do saldo por idade de vencimento:

	2016	2015
A vencer	55.064	39.390
Vencidos até 30 dias	3.557	1.564
Vencidos entre 31 a 90 dias	519	408
Vencidos entre 181 e 360 dias	322	26
Vencidos acima de 360 dias	174	148
Total - circulante	59.636	41.536

As contas a receber são garantidas por instrumentos de fiança e seus vencimentos são em média no oitavo dia útil após o faturamento.

Uso de estimativa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta:

- Análise criteriosa efetuada pela Administração do saldo a receber considerados de difícil recebimento.
- Clientes vencidos acima de 360 dias.

6 Impostos a recuperar

	2016	2015
Contribuição Social sobre o Lucro - CSSL (a)	613	653
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (a)	2.165	1.422
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (b)	2.072	332
Contribuição ao PIS e a COFINS (c)	227	8
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (d)	78	78
Outros	19	19
Total - circulante	5.174	2.512
Circulante	3.036	2.512
Não Circulante	2.138	-

- (a) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados em anos calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.
- (b) Imposto de renda originado de pagamento indevido/a maior e de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras. Os saldos são compensados com as antecipações mensais de IRPJ, sendo o valor excedente não utilizado dentro do próprio exercício incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.
- (c) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre aquisição até 31 de dezembro de 2016 de energia elétrica e serviços ligados à atividade operacional, realizáveis mediante compensação com os débitos desses tributos incidentes sobre a comercialização de energia elétrica.
- (d) Refere-se aos créditos de ICMS, realizáveis mediante a restituição/compensação com o imposto incidente sobre a comercialização de energia aos consumidores.

7 Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social

As diferenças temporárias estão registradas segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme o CPC 26.

Crédito tributário reconhecido no balanço:	2016	2015
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	803	37
Contribuição social	289	13
Total - não circulante	1.092	50

	2016		2015	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	174	59	148	50
Provisão de ajuste atuarial	65	22	-	-
Marcação a mercado - derivativo	1.405	478	-	-
Marcação a mercado da dívida	1.569	533	-	-
Total ativo não circulante	3.213	1.092	148	50

Uso de estimativas: os créditos tributários são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre é que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos de acordo com a legislação fiscal.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, calculada com base na aplicação das alíquotas fiscais vigentes, é demonstrada como segue:

	2016	2015
Lucro antes dos impostos	(861)	1.276
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinados	293	(434)
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doação)	(34)	(25)
Outras exclusões / Adições	5	45
Despesas de imposto de renda e contribuição social	264	(414)
Alíquota efetiva	(30,7%)	32,4%

8 Transações com partes relacionadas

A Empresa é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda., Energisa Soluções S/A, Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Mauricio e Parque Eólico Sobradinho, além das participações nas sociedades, Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE), Vale do

Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A, (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas no exercício de 2015:

	Atualização de Mútuos (Despesa financeira) (1)
Energisa S/A	-
2016	-
2015	1.573

(1) O mútuo com a controladora registrado no passivo não circulante como débitos com partes relacionadas foi remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício de 2015 foi em média de CDI + 1,0248 a.a. O contrato foi totalmente liquidado em julho de 2015.

Remuneração dos administradores:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a remuneração dos membros do Conselho da Diretoria foi de R\$592. Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$83. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$92.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$41 e R\$41 respectivamente. A remuneração média em 2016 foi de R\$41.

Em reunião de sócios realizada em 29 de abril de 2016, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2016 em R\$66. Este montante estará sendo retificado na próxima reunião de sócios que aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício de 2016, bem como aprovará o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2017.

9 Imobilizado

	Saldos 2015	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos 2016
EM SERVIÇO					
Máquinas e equipamentos	26	-	18	-	44
Veículos	-	-	125	-	125
Móveis e utensílios	31	-	(2)	-	29
Total em Serviço	57	-	141	-	198
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	(5)	-	-	(5)	(10)
Veículos	-	-	-	(10)	(10)
Móveis e utensílios	-	-	-	(2)	(2)
Total Depreciação	(5)	-	-	(17)	(22)
Subtotal Imobilizado	52				
EM CURSO		141	(141)	-	-
Total	52	141	-	(17)	176

	Saldos 2014	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos 2015
EM SERVIÇO					
Máquinas e equipamentos	19	-	7	-	26
Móveis e utensílios	-	-	31	-	31
Total em Serviço	19	-	38	-	57
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	(2)	-	-	(3)	(5)
Total Depreciação	(2)	-	-	(3)	(5)
Subtotal Imobilizado	17	-	38	(3)	52
EM CURSO	-	38	(38)	-	-
Total	17	38	-	(3)	52

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são revisadas anualmente, é como segue:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Total	
	2016	2015
Máquinas e equipamentos	16,17%	16,00%
Veículos	14,29%	-
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%

10 Intangível

Intangível	Saldos 2015	Amortização	Saldos 2016
Em Serviço			
Software	163	-	163
Amortização Acumulada (20%a.a)	(125)	(33)	(158)
Subtotal	38	(33)	5
Em Curso	-	-	-
Total	38	(33)	5

Intangível	Saldos 2014	Adição	Transferências	Amortização	Saldos 2015
Em Serviço					
Software	157	-	6	-	163
Amortização Acumulada (20% a.a)	(93)	-	-	(32)	(125)
Subtotal	64	-	6	(32)	38
Em Curso	-	6	(6)	-	-
Total	64	6	-	(32)	38

11 Fornecedores

	2016	2015
Compra de energia elétrica (*)	50.075	30.909
Fornecedores Serviços	45	84
Total - circulante	50.120	30.993

(*) Refere-se a aquisições de energia elétrica comercializada a consumidores livres. O prazo médio de liquidação desses passivos é de 25 dias. Esses compromissos estão garantidos por cartas de fiança.

12 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal	Total	Total
		Não Circulante	2016	2015
Em moeda estrangeira				
ITAU - BBA	921	34.009	34.930	32.246
Total em moeda estrangeira	921	34.009	34.930	32.246

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016:

Operação	Vencimento	Características da Operação		Custo da Dívida		Taxa efetiva de juros
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Indexador	Tx de Juros a.a.	
ITAU - BBA	Jul-2018	Final	Aval Energisa S.A.	Dólar	4,85%	-10,93%

O principal indicador utilizado para a atualização de empréstimos e financiamentos é o CDI que variou 15,26% no exercício.

O indicador utilizado para a atualização de empréstimos e financiamentos teve a seguinte variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2016
US\$ x R\$	-15,78%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2016
2018	34.009
Total	34.009

A Empresa tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2016	2015
Saldo em 2015 e 2014	32.246	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	32.000	30.000
Encargos de dívidas - juros, variação monetária	3.921	2.246
(-) Marcação Mercado Dívida	1.569	-
Pagamento principal	(30.000)	-
Pagamento juros	(4.806)	-
Saldo em 2016 e 2015	34.930	32.246
Circulante	921	32.246
Não circulante	34.009	-

13 Tributos e contribuições sociais

	2016	2015
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	6.728	4.036
Encargos Sociais	28	30
Contribuição Social s/ o Lucro - CSLL	95	16
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	351	59
Contribuições ao PIS e a COFINS	232	206
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	38	36
Outros	9	9
Total - circulante	7.481	4.392

(a) Refere-se a ICMS próprio sobre comercialização de energia a consumidores livres sediados no Estado do Rio de Janeiro e ICMS ST (substituição tributária) cobrado dos consumidores livres estabelecidos em outras UF's, a ser recolhido pela companhia para os Estados onde se localizam os estabelecimentos consumidores, conforme legislação.

14 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

Perdas Possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas cíveis, em andamento em um montante total de R\$3.198 (R\$3.172 em 2015), e fiscais R\$435, totalizando R\$3.633 (R\$3.172 em 2015), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível pela Administração e pelos consultores jurídicos e, conseqüentemente não requer a constituição de provisão nas demonstrações financeiras. Esses processos são referentes a pedidos de indenização em questões relacionadas a contratos de venda de energia a consumidores livres.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$5.119 (R\$1 em 2015) e está representado por 5.119 (1.000 em 2015) quotas com valor nominal de R\$1,00.

O instrumento particular da quarta alteração social assinado em 02 de Maio de 2016 registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro no dia 30 de Agosto de 2016 aprova o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$5.118, mediante a emissão de 5.118 quotas no valor de R\$1,00 cada uma passando o capital social para R\$5.119. Mediante a capitalização do saldo da Reserva de Retenção de lucros.

15.2 Limite da reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

A Diretoria capitalizou R\$5.118 em 2016 do saldo da reserva de retenção de lucros, de forma que os saldos das reservas de lucros não ultrapassem o capital social.

15.3 Distribuição de lucros

O contrato social da Empresa prevê que a destinação do resultado do exercício seguirá as normas da lei das sociedades por ação.

Administração em 2015 propôs a distribuição da totalidade do lucro do exercício no valor R\$862. No exercício de 2015 foram distribuídos 25% do lucro do exercício que foi registrado no passivo circulante. Os dividendos foram pagos no dia 19 de janeiro/2017.

16 Receita Operacional

	2016	2015
Receita operacional bruta		
Venda de energia elétrica	488.605	433.729
Serviços prestados	387	98
Deduções à receita operacional		
ICMS	(3.696)	(610)
PIS	(8.011)	(7.031)
COFINS	(36.900)	(32.390)
ISS	(20)	(5)
Total das deduções à receita operacional	(48.627)	(40.036)
Receita operacional líquida	440.365	393.791

17 Custos e despesas operacionais

Natureza do Gasto	Custos com Energia Elétrica Vendida	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	
				2016	2015
Energia elétrica comprada para revenda	431.584	-	-	431.584	381.506
CCEE	56	-	-	56	1.661
Pessoal	-	-	3.934	3.934	3.305
Entidade de previdência privada	-	-	49	49	23
Material	-	-	10	10	9
Serviços de terceiros	-	49	1.617	1.666	1.555
Depreciação e Amortização	-	-	50	50	35
Provisão e reversão para crédito de liquidação duvidosa	-	26	-	26	148
Outras	-	-	681	681	529
	431.640	75	6.341	438.056	388.771

Uso de estimativas: os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Empresa, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

18 Receitas e despesas financeiras

	2016	2015
Receita de aplicações financeiras	3.278	2.170
Juros Selic s/impostos a recuperar	604	122
Tributos S/receita financeira	(204)	(75)
Outras receitas financeiras	518	214
Total receita financeira	4.196	2.431
Encargos de dívidas - juros	(3.454)	(2.246)
Variação monetária e cambial	(467)	-
Marcação mercado de dívidas	(1.569)	-
Marcação mercado derivativos	(22)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(1.383)	-
Atualização de contratos de mútuo	-	(1.573)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(181)	(1.460)
Despesas Bancárias	(192)	(130)
Outras despesas financeiras	(137)	(766)
Total despesa financeira	(7.405)	(6.175)
Despesas financeiras líquidas	(3.209)	(3.744)

19 Lucro (prejuízo) por quota

O Lucro (Prejuízo) básico por quota em 2016 é de (R\$0,17) e R\$862 em 2015. Houve alteração da quantidade de quotas nos exercícios de 2016.

20 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	2016		2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	2	12.534	12.534	20.886	20.886
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	26.832	26.832	10.549	10.549
Clientes	2	59.662	59.662	41.388	41.388
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.846	1.846	-	-

	Nível	2016		2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
PASSIVO					
Fornecedores	2	50.120	50.120	30.993	30.993
Empréstimos e Financiamentos	2	34.930	34.930	32.246	32.246
Instrumentos financeiros derivativos	2	3.251	3.251	-	-

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Os instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão identificados a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis:

Inclui, clientes e são inicialmente mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva, sendo

seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado:

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos correspondem são avaliadas ao seu valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros pelo custo amortizado:

Fornecedores e débitos com partes relacionadas - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda estrangeira, junto Banco Itau, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para algumas das dívidas a Empresa realizou a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Empresa tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Fair Value Option

A Empresa optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no segundo semestre de 2016, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2016, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$1.569 e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração da Empresa tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Empresa. Assim, fixou limites de atuação da Empresa com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível na web site da Controladora) e no regimento interno da diretoria da Empresa. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a empresa.

A política de gestão de risco visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades.

A Empresa conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de recebimentos de seus recebíveis ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da empresa. O saldo do passivo financeiro - fornecedores no montante de R\$50.120 (R\$30.993 em 2015) tem seu prazo médio de liquidação em até 25 dias.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de reconhecida solidez e percepção de risco aderente à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro".

Os créditos com clientes, não trazem riscos, pois são garantidos por carta de fiança.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

O empréstimo e financiamento em moeda estrangeira, apresentados na nota explicativa nº 12, é composta de financiamentos obtidos junto ao Itaú BBA. A taxa de juros é definida por este agente, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

A Empresa está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

O resultado da Empresa é suscetível a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com queda de 16,5% sobre 31 de dezembro de 2015, cotado a R\$3,2591/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2016 era de 16,5%, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Empresa, em 31 de dezembro de 2016, de R\$34.930 (R\$32.246 em 2015), R\$32.000 estão representados em dólares, provenientes de US\$ 9,9 milhões (US\$ 9,9 milhões de principal) de empréstimos captados junto ao Banco Itaú BBA. O empréstimo possui vencimento de longo prazo, jul/18, e custo de 5,71% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 apresenta no ativo não circulante R\$1.846 e R\$3.251 no passivo circulante, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. A medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletido nas demonstrações contábeis. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Empresa possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados a variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ECOM					
Resolução 4131 - Itaú BBA	9.953	VC + 5,71%	CDI + 3,55%	05/07/2018	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 31 de dezembro de 2016:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2016	2015		2016	2015
Dívida designada para "Fair Value Option"	32.000	-	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(34.930)	-
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	34.930	-
Swap Cambial (Derivativo)	32.000	-	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(36.334)	-
			Posição Líquida Swap	(1.405)	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(36.334)	-

O Valor Justo dos derivativos efetuados em 31 de dezembro de 2016 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 12 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Empresa não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MM) das operações da Empresa foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MTM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de Sensibilidade

A Empresa realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2016, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(32.000)		(33.382)	(43.037)	(53.045)
Varição Dívida	-		(1.382)	(11.037)	(21.045)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	34.930		36.311	45.967	55.974
Varição - USD e LIBOR	-	Alta US\$	1.382	11.037	21.045
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(36.334)		(36.334)	(36.334)	(36.334)
Varição - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	(1.404)		(23)	9.633	19.640
Total Líquido	(33.404)		(33.404)	(33.404)	(33.404)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2016, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$ 33.404, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$ 33.404 em ambos os casos.

Varição das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2016 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11,56%, TJLP = 7,50% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	38.663	Baixa CDI	4.469	3.352	2.234
Instrumentos financeiros passivos: Swap	(36.334)	Baixa CDI	(4.200)	(3.150)	(2.100)
Empréstimos e financiamentos					
Total - (Perdas)	(2.329)		(269)	(202)	(134)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2016 (11,56 % ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2016.

21 Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que sejam civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2016	2015
Frota - Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros.	23/10/2017	Até 1.060/ veículo	1	1
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2017	4.330	13	14
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2017	50.000	10	18
			24	33

(*) Importância Segurada é relativa ao mês de dezembro 2016.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente, invalidez funcional permanente e total por doença e auxílio funeral de seus empregados.

Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)

Apólice de Seguro garante o pagamento dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os Segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados decorrentes de atos de sua gestão.

22 Benefícios a empregados

Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Empresa é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida. No exercício de 2016, as despesas de patrocínio do plano foram da ordem de R\$4 (R\$24 em 2015).

Prêmio aposentadoria

A Empresa em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos reconhecidos no balanço. O ativo atuarial (plano com superávit) não é registrado:

	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais	65	100
Valor justo dos ativos do plano	-	(247)
Passivo (Ativo) atuarial líquido	65	(147)
Circulante	61	-
Não Circulante	4	-

Conciliação do valor presente das obrigações em 31 de dezembro de 2016:

	2016	2015
Valor das obrigações no início do ano	101	261
Custo do serviço corrente bruto	23	7
Juros sobre obrigação atuarial	13	30
(Ganhos)/Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(72)	(130)
Benefícios pagos	-	(68)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	65	100

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

	2016	2015
Passivo atuarial líquido no início do ano	(147)	222
Despesa reconhecida no resultado do ano anterior	4	27
Outros resultados abrangentes	208	(396)
Passivo atuarial líquido no final do ano	65	(147)

Demonstração das despesas para o exercício de 2017, segundo critérios do CPC 33:

	2017
Custo do serviço corrente	53
Custo dos juros	8
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Despesas previstas para o próximo exercício	61

Plano de saúde

A Companhia tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No exercício de 2016, as despesas com esse benefício foram de R\$164 (R\$225 em 2015).

23 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Durante os exercícios de 2016 e 2015 as demonstrações financeiras da Companhia não foram impactadas por transações não caixa relevantes.

24 Compromissos

A Empresa possui os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

Contrato de venda de energia						
Vigência	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
2017 a 2027	575.807	498.117	377.409	226.840	63.764	16.006

A Empresa possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia para revenda, como segue:

Contrato de compra de energia						
Vigência	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
2017 a 2027	558.234	487.416	361.849	196.226	54.363	10.384

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2016, e foram homologados pela ANEEL.

*Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

Maurício Perez Botelho
Gerente
CPF nº 738.738.107-00

Alexandre Nogueira Ferreira
Gerente
CPF nº 028.042.606-23

Alessandra Genu Dutra Amaral
Gerente
CPF nº 021.825.287-09

Vicente Côrtes de Carvalho
Contador
CRC/MG nº 042.523/O-7 "S" RJ
CPF nº 194.381.256-04

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Quotistas e Administradores da
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Comercializadora de Energia Ltda. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Comercializadora de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o balanço social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, não abrange o balanço social e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o balanço social e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no balanço social somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4